

Identities and mercado de trabalho: uma análise do perfil étnico-racial e ocupacional dos latifúndios cafeeiros de São Carlos (1907).

*Identities and labor market: an analysis of the racial-ethnic
and occupational profile of the coffee plantation of São
Carlos (1907).*

Oswaldo Mário Serra Truzzi e Rogério da Palma*****

Artigo entregue em 15 de abril de 2009 e avaliado em 28 de maio de 2009

Resumo:

O presente artigo realiza um levantamento do perfil étnico-racial e ocupacional das famílias que compunham a mão-de-obra dos latifúndios cafeeiros de São Carlos durante o início do século XX. Utilizando-se como fonte um recenseamento municipal realizado no ano de 1907, foi possível sugerir algumas relações entre a conformação do mercado de trabalho e a (re)construção de identidades e de padrões de sociabilidade nesse contexto específico.

* A pesquisa que culminou neste artigo recebeu financiamento do CNPQ e, posteriormente, da FAPESP. Título em inglês: *Identities and labor market: an analysis of the racial-ethnic and occupational profile of the coffee plantation of São Carlos (1907)*.

** Doutor em Ciências Sociais (Unicamp, 1993), professor Associado da UFSCar e Bolsista PQ/CNPq. Endereço: Rua Joaquim da Cruz Penalva, 833. CEP: 13566-810. São Carlos, SP. Tels.: 16-33518009 (univ) e 16-97286295 (cel). Este autor já produziu, entre outras, as seguintes obras: BASSANEZI, Maria Sílvia C Beozzo; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, O. M. S. *Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo 1850-1950*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2008. v. 1. 314 p.; BASSANEZI, Maria Sílvia C Beozzo; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, O. M. S. *Atlas da Imigração Internacional em São Paulo, 1850-1950*. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. v. 1. 138 p.; TRUZZI, O. M. S. *Cafê e Indústria: São Carlos (1850-1950)*. 3a. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007. 208 p.; TRUZZI, O. M. S. *Sírios e Libaneses. Narrativas de História e Cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 103 p.; TRUZZI, O. M. S.; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Orgs.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2005. v. 1. 221 p.; TRUZZI, O. M. S. *Memorial dos Vassimom: trajetória familiar de emigrantes da Revolução Francesa à Portugal, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo*. São Carlos: RiMa, 2001. 245 p.

*** Mestrando em Sociologia (UFSCar) e bolsista da FAPESP. Endereço: Av. Arthur Augusto de Moraes, nº 74. CEP: 133350-000. Elias Fausto, SP. Tel.: (19) 92746498. E-mail: rog.cs@hotmail.com.

Palavras-chave:

Mercado de trabalho. Identidades. Censo.

Abstract:

The present article carry out a survey of the racial-ethnic and occupational profile of the families that composes the staff of coffee plantations of São Carlos during beginning of the twentieth century. Across the consultation of a municipal census, it was possible to suggest some relations among the conformation of the labor market and the (re)construction of identities and of sociability models in this specific context.

Keywords:

Labor market. Identities. Census.

Introdução

Firmou-se como um consenso na bibliografia sobre o Oeste paulista cafeeiro o fato de que a política imigratória introduzida pelo governo de São Paulo trouxe como uma de suas consequências a segregação ocupacional dentro dos latifúndios produtores de café. De acordo com a grande maioria dos estudos sobre o assunto, os milhões de estrangeiros que desembarcaram em terras paulistas no final do século XIX fizeram com que o colonato, principal ocupação dentro do processo produtivo das lavouras cafeeiras, se transformasse em uma atividade ocupada exclusivamente por imigrantes. Os brasileiros, e sobretudo os negros recém-libertos da escravidão, teriam tornado-se, por sua vez, trabalhadores ligados às ocupações acessórias desse regime de trabalho com a chegada volumosa de mão-de-obra europeia. Embora essas afirmações sejam comuns e tidas como algo já previamente confirmado, são raras, entretanto, os estudos que apresentam dados consistentes sobre a distribuição étnico-ocupacional das fazendas situadas nesse contexto. O presente artigo, tendo em vista essa lacuna, traz uma série de números sobre o ordenamento étnico-racial presente no mercado de trabalho dos latifúndios de São Carlos, um dos centros da produção de café do Oeste paulista durante a virada do século XIX para o século XX. Advindas de um recenseamento municipal da época, tais informações, além de delinear uma interessante fotografia dos contornos étnico-raciais presentes na atribuição de postos de trabalho, apontam para certas formas de articulação de identidades e para determinados modelos de sociabilidade que poderiam atuar nessa conjuntura.

A ascensão da economia cafeeira no Oeste paulista e o colapso do regime servil: o contexto de elaboração da política imigratória

A segunda metade do século XIX é um período de grandes transformações para o interior do estado de São Paulo, visto que uma parcela dessa região, o chamado Oeste paulista, passou a ser o principal centro exportador do país. As fazendas instaladas nesse território, antes em grande parte cobertas pela lavoura de cana-de-açúcar, transformaram-se nas principais produtoras mundiais de café. No início do século XX, as exportações transportadas através do porto de Santos, isto é, a produção cafeeira do Oeste paulista, chegavam a representar cerca de 50% do café consumido no mundo¹. Um dos grandes debates historiográficos em torno dessa economia consiste, sem dúvida, naquele que aborda questões relacionadas à fonte de mão-de-obra e às relações de trabalho nela empregadas. A província de São Paulo começara a receber contingentes de escravos já na primeira metade do século XIX, quando a lavoura canaveira impulsionou o surgimento de grandes propriedades agrícolas na região. Com o advento da cafeicultura, os cativos continuaram a ser empregados em larga escala, sem mudanças significativas nas relações de trabalho. Uma série de mudanças, no entanto, começou a promover o fim da escravidão e a necessidade, por parte dos fazendeiros, de se repensar tanto o regime de trabalho quanto quais seriam os trabalhadores aptos para se dar prosseguimento à expansão produtiva da cultura cafeeira.

Ao longo do século XIX, houve uma forte pressão do governo inglês no sentido de abolir o tráfico negreiro ao redor do mundo. No caso do Brasil, tal coerção culminou, em 1850, na lei Eusébio de Queiroz, a qual, após uma série de tentativas fracassadas, enfim proibia a importação de escravos africanos para todo o país. O fim do tráfico de cativos, somado ao crescimento da produção de café na região, fez com que os fazendeiros de São Paulo buscassem escravos nas economias decadentes do território brasileiro, causando o deslocamento de milhares de escravos do Nordeste e de Minas Gerais para as lavouras de café paulistas. Alguns autores² afirmam que essa migração interprovincial de escravos não deu conta de abastecer consistentemente a procura por força de trabalho que afligia muitos fazendeiros. Com uma baixa capacidade de reprodução, a população escrava começa a diminuir após a metade do século, o que

¹ HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

² Idem; TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: Um século de migração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988; VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991.

ocasionou um desequilíbrio na quantidade de mão-de-obra devido ao aumento da procura por café nos mercados europeus e dos Estados Unidos e à consequente expansão das lavouras ao longo do Oeste paulista. Essa escassez de trabalhadores seria a principal causa para se explicar a posterior chegada de milhões de imigrantes europeus para o fim definitivo do regime servil.

Segundo Célia Marinho de Azevedo³, um dos principais fatores para se entender esses dois últimos fenômenos não consiste propriamente na escassez de mão-de-obra, já que, como ela mesma demonstra ao decorrer de sua obra, vários fazendeiros tentaram, e posteriormente conseguiram, barrar a entrada de mais escravos advindos de outras partes do país. O seu enfoque está na forma como, no contexto da segunda metade do século XIX, a elite paulista pensava os negros e, a partir dessa sua visão, interpretava as ações de cativos e libertos. De acordo com suas análises provindas de discursos auferidos por parlamentares da então província de São Paulo, os grandes proprietários paulistas passaram a temer a “onda negra” que chegava à região. A grande leva de escravos do Norte do país fez crescer, na percepção de boa parte dos proprietários, a criminalidade e a insegurança nas propriedades. Esse medo da elite agrária paulista ganhou ainda mais vulto nas décadas de 1870 e 1880, quando se aumentou de forma considerável as fugas e os levantes, tanto individuais como coletivos, entre os escravos das lavouras de São Paulo. Todas essas manifestações levaram a um temor imenso e a se pensar o fim da escravidão como algo a ser executado de maneira imediata e não mais gradual como queriam alguns. Porém, durante esse momento se exacerba a seguinte questão, posta desde o início do século XIX: os ex-escravos estariam habilitados ao trabalho livre? As revoltas escravas, somadas à difusão das teorias raciais europeias dentro da elite brasileira, contribuíram, segundo Azevedo, com a visão daqueles fazendeiros imigrantistas que defendiam a qualquer custo a vinda de imigrantes para substituir os escravos. A visão mais geral daqueles que defendiam a imigração como solução para o fim do regime servil era a de que somente os imigrantes estavam aptos ao trabalho livre, dado o fato de que os negros não encarnavam os atributos morais propícios ao trabalho não-coercitivo. Para os latifundiários imigrantistas, a vadiagem e a propensão à criminalidade presente entre os negros, como bem mostravam os recentes levantes, fugas e crimes cometidos por escravos em toda a província, tornavam-nos sujeitos avessos às características do trabalho livre.

³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

A chegada de imigrantes e a constituição de um mercado de trabalho livre

Diante disso, o imigrantismo logo ganhou força, e já em 1884 se aprova no Congresso Nacional um projeto para se financiar integralmente a vinda de imigrantes europeus para as fazendas do Oeste paulista. Com o subsídio estatal, os trabalhadores estrangeiros começam a chegar em grandes levas. Estima-se que cerca de 2 milhões de estrangeiros vieram para São Paulo até 1927, data em que se encerra a política de subsídio de imigrantes, sendo que grande parte desse contingente teve como destino os cafezais do interior⁴. O fluxo inicial é formado em boa medida por italianos, os quais, com o Decreto do governo italiano proibindo a emigração para o Brasil em 1902 e a forte atração do mercado de trabalho dos EUA durante a época, cedem espaço para a imigração de portugueses e espanhóis no início do século XX.

As condições por que passavam os imigrantes no seu país de origem, e não só a ascensão da economia cafeeira na região, colaboram com o movimento migratório. Ao longo do século XIX, os países europeus não se inseriram de maneira igual na expansão do capitalismo industrial ocorrida no continente, processo que fez com que algumas regiões passassem por situações conturbadas. A Itália, grande fornecedora de trabalhadores para a economia cafeeira, é um típico exemplo desses casos, basta considerar o desenvolvimento industrial deste território no período, o qual se efetuou de forma lenta e irregular. A migração, no entanto, nunca pode ser considerada um fenômeno somente econômico, mas que envolve uma série de outros fatores sociais. Muitos imigrantes italianos, para além da situação de miséria, mudam-se de suas terras na tentativa de reconstituir em outro lugar o modo de vida que lhes foi destituído pelas transformações por que passaram a sociedade italiana⁵.

Em sua chegada no Brasil, os imigrantes foram aos poucos sendo introduzidos nos cafezais da região, ainda dividindo espaço com os escravos. Após a abolição da escravidão, cresce a entrada de mão-de-obra estrangeira nos domínios da lavoura cafeeira paulista. O colapso do regime servil exigia, todavia, não só novos trabalhadores, mas também novas relações de traba-

⁴ ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EDUFScar, 2007, p. 171.

⁵ Para análises bem mais detalhadas da imigração italiana, ver: ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986; FRANZINA, Emílio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006; TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.

lho. Os fazendeiros resolveram então adotar o que ficou conhecido como “colonato”.

Para os fazendeiros, [o colonato] tratava-se de um ‘pacote’ de incentivos que possibilitavam atrair e manter uma força de trabalho livre durante o declínio da escravidão [...] Para os trabalhadores imigrantes, o sistema de colonato e suas variantes determinaram o nível de vida e suas oportunidades⁶.

Esse regime de trabalho se caracterizava por sua mistura de rendimentos fixos, advindos do “trato” do café, e remunerações por produtividade, no caso das colheitas propriamente ditas. Além disso, o colono recebia a moradia na fazenda e um espaço para poder cultivar uma pequena plantação ou criar animais, seja para consumo próprio ou então para venda em pequena escala. O colonato era a base do sistema produtivo das fazendas de café no contexto do trabalho livre. O colono e sua família cuidavam diretamente do cultivo e colheita da planta, e, dessa forma, era a ocupação que requeria o maior número de braços. Uma das principais características desse regime de trabalho residia no fato de ser a família em seu conjunto a responsável pelos trabalhos; era a família a unidade produtiva base do colonato. Cada fazendeiro firmava contrato com famílias específicas e não com cada trabalhador de forma individual.

Chiara Vangelista⁷, ao preocupar-se com a divisão étnica do trabalho dentro da lavoura cafeeira, afirma que a ocupação de colono era, na grande maioria dos casos, destinada somente ao trabalhador estrangeiro, deixando o elemento nacional, principalmente os negros, com as atividades marginais do processo produtivo constituído nos cafezais (as ocupações de camarada⁸, carroceiro, podador etc). O mercado de trabalho, assim dividido, traria uma série de categorizações e discriminações no que toca à relação entre esses dois grupos, os quais passariam a se distinguir de maneira objetiva na concorrência dentro do mercado de mão-de-obra. Sob este ângulo, a chegada em massa de trabalhadores europeus representa a reestruturação étnica de um novo mercado de trabalho, o qual, por sua vez, carrega em si um processo de marginalização da mão-de-obra nacional, principalmente quando se trata dos ex-escravos. O mercado de trabalho livre passaria a funcionar, portanto, como um marco de distinção entre os grupos étnicos. É comum dentro da bibliografia sobre o tema a afirmação dessa ideia. A maioria dos negros que

⁶ HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 110.

⁷ VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991.

⁸ O camarada era uma espécie de “ajudante geral” dentro das fazendas, o qual se encarregava de praticamente todos os serviços subsidiários ao plantio, desde consertos de cercas até o transporte das plantas de café.

eram escravos nas fazendas teriam ido com seus descendentes para as cidades ou para a região do Vale do Paraíba, onde os cafezais já não eram mais tão produtivos, com o fim definitivo da escravidão. Os poucos ex-escravos que haviam permanecido nas fazendas, por outro lado, são sempre relatados como trabalhadores que ocupam posições acessórias dentro da estrutura ocupacional dos latifúndios cafeeiros. O colonato seria uma ocupação exclusiva dos imigrantes, caracterizando assim uma segregação étnico-racial.

Alguns autores buscaram explicações para essa segregação ocupacional. Como ressaltado acima, Azevedo, assim como outros pesquisadores⁹, sustentam a tese de que essa posição subalterna dos negros dentro das lavouras de café se devia à discriminação por eles sofrida. Segundo esses autores, os trabalhadores europeus eram tidos pelos fazendeiros como lavradores mais produtivos, por isso a sua posição de destaque dentro do sistema de trabalho. Ainda em fins do século XIX, o racismo tornou-se no Brasil parte de todo um discurso científico que visava a criação de uma identidade nacional. Na percepção dos principais intelectuais e cientistas da época (estes mesmo antenados com a ascensão das teorias raciais europeias), o contexto social brasileiro passa a ser pensado através da chave da “raça”: a diversidade racial verificada na população seria a responsável pelo atraso do país, sendo necessária uma política de “embranquecimento” para se alcançar o progresso das civilizações europeias. A propaganda imigrantista, concebida em um momento de crescimento da rebeldia dos escravos, estaria impregnada de preocupações racistas, exaltando a superioridade do trabalho do imigrante branco e reforçando os estigmas de vagabundagem e inferioridade racial dos negros.

Chama a atenção o fato de que todos os projetos políticos que visavam abolir a escravidão, vinculavam a implementação da ‘abolição’ à idéia da importação de mão-de-obra européia (= ‘branca’). Baseados numa concepção já mais ‘naturalizada’ de ‘negro’ e ‘branco’, os ‘espíritos progressistas’ da época estavam convencidos de que a ‘mão-de-obra branca’ seria mais produtiva que a ‘mão-de-obra negra’. ‘Branco já não simbolizava mais exclusivamente valores morais-religiosos nem só o status de liberdade: agora a cor branca seria também projetada na idéia de progresso¹⁰.

⁹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 165-166; HOFBAUER, Andreas. O conceito de ‘raça’ e o ideário do ‘branqueamento’ no século XIX – Bases ideológicas do racismo brasileiro. *Revista Teoria & Pesquisa*, 42 e 43, jan.-julh. 2003.

¹⁰ HOFBAUER, Andreas. O conceito de ‘raça’ e o ideário do ‘branqueamento’ no século XIX – Bases ideológicas do racismo brasileiro. *Revista Teoria & Pesquisa*, 42 e 43, jan.-julh. 2003, p. 79-80. Para maiores detalhes sobre a penetração das teorias raciais na intelectualidade brasileira de fins do século XIX, ver: ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. *Cadernos CERU*, nº 17, 1982; SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

De acordo com George Andrews, o racismo estava presente na política imigratória e era um elemento atuante nas preferências dos fazendeiros por trabalhadores. Seu papel na disputa por postos de trabalho não é passível, contudo, de ser analisado de maneira isolada.

Seja como for, o racismo sozinho é totalmente insuficiente para explicar a aparente rejeição dos afro-brasileiros pelos patrões paulistas após a abolição. Atitudes racistas ocorriam em todo o Brasil, mas não impediram o emprego de afro-brasileiros em outras regiões quase no mesmo grau em que isso aconteceu em São Paulo. E, durante a década de 1840 e 1850 [quando são trazidos os primeiros imigrantes para a região, mas ainda sem o subsídio estatal], a crença dos fazendeiros na superioridade racial dos trabalhadores europeus não evitou a imediata rejeição desses trabalhadores assim que estes começaram a se organizar e ativamente resistir às condições do seu trabalho nas fazendas de São Paulo¹¹.

Para Andrews, o fator principal para explicar a marginalização dos negros no mercado de trabalho aqui abordado foi o de que, com a imigração subsidiada pelo Estado e o conseqüente inchaço da oferta de trabalhadores, os latifundiários não foram obrigados a negociar as muitas reivindicações que os libertos exigiam para continuar trabalhando em suas propriedades¹². Segundo os estudos de Andrews, os ex-escravos, após conquistarem a liberdade do cativo, procuravam preservar uma certa autonomia – como horários de trabalho mais curtos e flexíveis – e também não aceitavam que mulheres e crianças estivessem sujeitas ao trabalho na lavoura, o que de certo modo minou as chances dos trabalhadores negros no colonato, regime de trabalho totalmente dependente do trabalho familiar¹³.

Acentuados ou atenuados os seus contornos propriamente racistas, o que se pode afirmar é que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre é tratada, portanto, como sendo, além de uma nova forma de recrutamento da mão-de-obra, a redefinição de um novo perfil étnico-racial na divisão de trabalho dos latifúndios cafeeiros. Surge um novo mercado de trabalho, com novas hierarquias e novas preferências, as quais, direta ou indiretamente, estão fortemente vinculadas a processos de (re)construção de identidades étnico-raciais. Apesar da importância das identidades étnico-raciais e de sua operação na distribuição de postos de trabalho, não se conhecem pesquisas, com exceção da de Maria Bassanezi¹⁴, que tenham realizado levantamentos sistemáticos

¹¹ ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EDUFScar, 2007, p. 135.

¹² Idem. *Negros e Brancos em São Paulo*. Bauru: Edusc, 1998, p. 176.

¹³ Idem. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EDUFScar, 2007, p. 170.

¹⁴ BASSANEZI, Maria S. C. B. *As relações de trabalho em uma propriedade rural paulista, 1895-1930*. Tese de doutoramento em História — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (UNESP), 1974.

sobre a distribuição por origem dos trabalhadores instalados em determinadas fazendas. Considerando que a obra citada levou em conta apenas os números referentes a uma única propriedade e ainda não abordou todos os recortes possíveis, torna-se essencial a busca por dados que mostrem com maior precisão a atuação da variável étnico-racial no recrutamento da mão-de-obra em diversas propriedades.

O perfil étnico-racial e ocupacional dos latifúndios de São Carlos

Dentro dessa perspectiva, procurou-se realizar um levantamento da composição étnico-racial e ocupacional das fazendas situadas em São Carlos durante o início do século XX. A região que na época constituía esse município firmou-se como um dos maiores centros da economia cafeeira do Oeste paulista em fins do século XIX. Após a integração dessa região à malha ferroviária da província, em 1884, a sua produção ganhou novas possibilidades de escoamento e aumentaram-se as facilidades para a chegada em larga escala de imigrantes. O perfil demográfico de São Carlos alterou-se profundamente com a presença dos grandes latifúndios cafeeiros. Primeiramente, ainda na metade do século XIX, as lavouras de café foram as responsáveis pela vinda de escravos, o que fez crescer o contingente populacional daquela que era uma antiga sesmaria de um Conde do Império. Já no último quartel deste século, com a expansão das fazendas e a chegada de milhares de estrangeiros, assistiu-se a mais uma elevação na quantidade de habitantes do município, agora com uma alteração no seu perfil étnico, modificado pela entrada de trabalhadores europeus. Estima-se que dez anos apenas após a abolição, os imigrantes representavam cerca de 85% do total de trabalhadores rurais da região. Em 1895, São Carlos foi o principal destino da maioria dos trabalhadores saídos da Hospedaria do Imigrante localizada na cidade de São Paulo, um ano após alcançar o segundo lugar nesse mesmo quesito¹⁵.

Pode-se afirmar, desse modo, que São Carlos desenvolveu-se durante o período aqui tratado como um típico município da fronteira cafeeira do estado de São Paulo, residindo aí a sua importância para um estudo sobre a composição étnico-racial presente nas plantações de café do início do século XX. O levantamento do perfil da mão-de-obra rural dessa região foi realizado, por sua vez, através da consulta ao recenseamento municipal compilado no ano de 1907. Os recenseamentos são fontes muito utilizadas

¹⁵ Sobre a ascensão e a relevância de São Carlos para a produção de café brasileira na virada do século XIX para o século XX, consultar: TRUZZI, Oswaldo. *São Carlos: Café e indústria, 1850-1950*. São Carlos: Edufscar, 2000.

por aqueles que se comprometem a realizar os estudos descritos de “demografia histórica”. O recenseamento aqui tratado mostra uma interessante fotografia da população são-carlense, com uma sistematização de informações difícil de ser encontrada em outros levantamentos oficiais da época. Uma das questões que surgem quando se aborda um documento histórico com os propósitos aqui explicitados reside, porém, na contestação das suas variáveis, ou seja, na verificação de se as formas de classificação nele contidas fazem realmente sentido nas relações sociais cotidianas ou então se constituem apenas padrões identitários impostos pelos agentes do Estado. Mesmo na falta de conhecimento sobre os procedimentos metodológicos empenhados na elaboração deste recenseamento municipal, acredita-se que as formas de classificação presentes neste último faziam muito sentido dentro da disputa cotidiana das lutas por classificação e na consequente definição e delimitação de grupos sociais, sejam eles circunstanciais ou mais duradouros¹⁶. Isso parece ser verdade sobretudo no que toca às variáveis que mais nos interessam, como nacionalidade e “cor”, as quais, como vimos e iremos perceber de maneira mais clara ainda, funcionavam como importantes marcadores sociais dentro do contexto apresentado.

Cabe-nos, então, analisar os dados acerca do perfil étnico-racial dos latifúndios da região encontrados nesse recenseamento. Ao todo, delimitou-se dezessete propriedades para estudo, as quais estão entre as maiores do município. Para fins de exposição, enumerou-as de acordo com o número de trabalhadores que cada uma abrigava, da maior para a menor. A tabela 1 apresenta a classificação por nacionalidade das famílias estrangeiras e por “cor” das famílias nacionais em todas elas¹⁷. Observando-a, obtém-se uma ideia nítida da preponderância das famílias estrangeiras, principalmente das italianas. Apesar dos números variarem de fazenda para fazenda, as famílias italianas predominam em todas elas, com exceção de uma. Na média, as famílias italianas representam cerca de 60% do total de famílias, um número bastante considerável dentro da corrente migratória, bem à frente das outras origens estudadas. Considerando-se grande parte dos discursos presentes na bibliografia, pode-se dizer que foi relativamente significativa em várias fazendas a presença de famílias de brasileiros. De uma maneira geral, constata-se que os “pretos” e “mulatos” (*sic*) faziam frente, em quantidade, às famílias de trabalhadores nacionais brancos. As famílias

¹⁶ Para uma discussão sobre as lutas por classificação entre os grupos sociais, ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

¹⁷ Resolveu-se adotar a família como unidade de análise devido ao fato do recenseamento contabilizar como brasileiros os filhos de imigrantes nascidos no Brasil. Sendo assim, acreditou-se que, se levássemos em conta cada indivíduo como unidade de análise, poderíamos incorrer em uma distorção dos números a serem apresentados. Os solteiros representam, em média, apenas 2,5% do total de trabalhadores de cada propriedade.

de negros possuem a segunda melhor média, ficando somente atrás – bem atrás, é verdade – da média dos italianos. Os imigrantes, desse modo, estavam suscetíveis ao convívio com certo número de afro-brasileiros nos limites dos latifúndios em que trabalhavam, aumentando as chances de conflitos que envolvessem a atribuição de “identidades” raciais¹⁸. Não são raros os estudos que apontam para a emergência cotidiana de tensões entre imigrantes e brasileiros negros, seja em ambientes de lazer, de moradia ou de trabalho. Como se perceberá com maior clareza na discussão que se segue, em sua experiência de convívio na conjuntura brasileira, os primeiros logo internalizaram o racismo.

Identities e mercado de trabalho: uma análise do perfil étnico-racial e ocupacional dos latifúndios cafeeiros de São Carlos (1907)

¹⁸ Considera-se que as identidades raciais, assim como toda forma de identidade, são uma construção social e, conseqüentemente, adquirem realidade enquanto marcadores sociais somente no contexto histórico-social específico em que são requisitadas ou atribuídas. A ideia de “raça”, portanto, bem como todas as outras formas de articulação social de “diferenças”, não pode ser analisada sob uma perspectiva essencialista, visto que sua atuação como forma de classificação é sempre relacional, isto é, deve ser pensada como uma realidade situada e construída por relações sociais. Um debate em torno da definição conceitual de raça na Sociologia está em: GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Como trabalhar com raça em sociologia. *Educação e Pesquisa*, vol. 29, jan./jul. 2003, p. 93-107.

Tabela 1. Percentual, segundo a propriedade, das famílias de cada origem

ORIGEM	FAZENDAS																	MÉDIA
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
BRASILEIROS BRANCOS	6,3	7,4	5,1	21,1	9,4	5,6	1,4	4,6	16,7	1,7	1,8	10,4	8,5	8,3	19	0	8,7	8
BRASILEIROS PRETOS	17,8	6,2	6,6	8,4	9,4	6,7	2,9	7,9	16,7	5,3	10,5	2,1	8,5	6,3	7,1	11,1	4,3	8,2
BRASILEIROS MULATOS	4,6	0	1,5	0	0	0	1,4	4,6	7,6	8,8	1,8	0	8,5	4,2	0	3,7	0	2,7
BRASILEIROS MI*	0	0,6	0	1,1	1,2	0	0	0	1,5	1,7	0	0	0	0	4,8	0	0	0,6
ITALIANOS	46,6	73,5	81,6	34,7	67,1	66,6	56,5	42,1	48,5	50,9	77,2	83,3	74,5	20,8	50	77,7	56,5	59,3
PORTUGUESES	3,4	0,6	1,5	12,6	4,7	14,4	1,5	0	4,6	3,5	1,8	0	0	41,7	4,8	0	13	6,4
ESPAINHÓIS	9,8	3,1	1,5	2,1	4,7	3,3	36,2	25	0	22,8	1,8	0	0	6,2	2,4	0	0	7
ALEMÃES	4,6	1,2	0	10,5	0	0	0	1,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
DIVERSOS	1,1	1,2	0,7	1,1	0	0	0	0	0	0	1,8	0	0	6,2	0	0	0	0,7
FMI*	3,4	3,1	0,7	5,3	2,3	1,1	0	3,9	3	1,7	0	2,1	0	2,1	9,5	7,4	17,4	3,7
FMI ²	2,3	3,1	0,7	3,2	1,2	2,2	0	11,8	1,5	3,5	3,5	2,1	0	4,2	2,4	0	0	2,4
N ^o	174	162	137	95	85	86	69	76	66	57	57	48	47	48	42	27	23	76,4

Fonte: Recenseamento municipal de São Carlos realizado no ano de 1907; Fundação Pro-Memória de São Carlos.

*Número absoluto total, sob o qual são produzidas as percentagens.

¹Família “mista” de brasileiros, composta pela união de um(a) negro(a) ou mulato(a) com um(a) branco(a).

²Família “mista” (FMI), cujo casal é formado por um nacional e um imigrante (marido brasileiro e esposa estrangeira, ou então o inverso).

³Família “mista” de imigrantes (FMI), cujo casal é formado por imigrantes de nacionalidades diferentes.

As famílias de portugueses e espanhóis, duas nacionalidades que ganharam destaque na imigração em massa somente no adentrar do século XX, aparecem com números consideráveis em algumas propriedades, mas estão em pequenas porções, nem chegando a aparecer, em outras. Tal fato sugere que esses dois grupos, ao dirigirem-se para o trabalho nas fazendas da região, concentravam-se em certos latifúndios. Esse fenômeno gera indícios sobre a atuação de redes sociais dentro desse fluxo migratório¹⁹. A noção de redes sociais parte do princípio de que os laços pessoais, os quais disponibilizam para os indivíduos desde recursos monetários a informações, facilitam a emigração de pessoas de uma certa origem para um destino específico. Indivíduos com parentes, amigos ou conhecidos instalados em outro país teriam, de acordo com essa ideia, maior facilidade em se situarem no mesmo local. As redes sociais, dessa maneira, incentivam a concentração de determinados grupos em nichos ocupacionais ou populacionais no contexto da sociedade de adoção. Este pode ser o caso das famílias de portugueses e espanhóis situadas em 1907 nos latifúndios são-carlenses. Sobretudo por se tratarem de nacionalidades cuja migração para esse destino ainda era recente nessa época, as informações e indicações de conterrâneos, tanto para serem utilizadas pelos próprios imigrantes que estão dispostos a emigrar quanto pelos fazendeiros que pretendem contratar mais trabalhadores, apresentam-se como algo de grande utilidade. Além disso, essa concentração de portugueses e espanhóis em algumas propriedades ainda pode ser resultado da preferência de alguns fazendeiros, que, em alguns casos, não viam mais com bons olhos os trabalhadores italianos. Passados alguns anos do início da grande imigração, os italianos, devido às constantes fugas das fazendas onde trabalhavam, começaram a gerar desconfiança em alguns proprietários²⁰.

Por fim, resta-nos analisar a outra questão referente à origem das famílias trabalhadoras: as ocupações que estas exerciam nas propriedades. As tabelas 2 e 3 indicam, levando-se em consideração todas as propriedades em seu conjunto, a proporção de cada origem frente ao total de famílias de cada ocupação e o percentual de cada ocupação entre cada grupo de famílias, respectivamente. Observando este levantamento, percebe-se o predomínio da ocupação de colono dentro do sistema de trabalho da grande lavoura cafeeira. De um modo geral, todos os grupos pesquisados, com uma única exceção fugindo à regra, têm a maioria das suas famílias inseridas nesse regime de trabalho. Se considerarmos as famílias imigrantes como um todo, elas

¹⁹ O conceito de redes sociais é, atualmente, uma das noções mais utilizadas nos estudos sociológicos sobre os fenômenos migratórios. Para uma revisão das definições e aplicações desse conceito, ver: TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 20, n. 1, 2008, p. 199-218.

²⁰ ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

são as que representam a maior parte das famílias de colonos, sendo que a maioria dessas famílias também exercia essa ocupação. Tais dados mostram a predominância do número total de imigrantes, em especial dos italianos, em relação aos trabalhadores brasileiros no que toca à ocupação de colono. Cabe ressaltar, no entanto, que, mesmo que esses números não representem uma alta proporção no número total de famílias desse grupo, havia imigrantes trabalhando como camaradas, informação pouco ressaltada pelos autores que se encarregaram do tema. Também em menor número quando comparadas com as famílias que trabalham no regime de colonato, as famílias imigrantes que se encarregavam de funções não especializadas se destacam entre as que exerciam esse grupo de atividades.

Tabela 2. Percentual de cada origem em relação ao total de famílias de cada ocupação

ORIGEM FAMILIAR	OCUPAÇÕES										
	COLÔNIO	CAMARADA	EMPREGATEIRO	SUPERVISÃO DE TRABALHO	ADMINISTRAÇÃO	OCUPAÇÕES ESPECIALIZADAS	OCUPAÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS				
BRASILEIROS BRANCOS	4,9	13,7	25		33,3	52,9	13,3				24,3
BRASILEIROS PRETOS	4,3	29,4	50		16,7	5,9	11,1				35,9
BRASILEIROS MILITADOS	0,8	11,8	0		16,7	5,9	4,4				10,3
BRASILEIROS MI	0,3	1	0		0	0	0				2,6
ITALIANOS	68,5	26,5	25		33,3	29,4	35,5				14,1
POTUQUESES	5,7	1	0		0	5,9	11,1				3,8
ESPAÑHOIS	7,8	3,9	0		0	0	0				5,1
ALEMÃES	1,6	0	0		0	0	8,9				0
DIVERSOS	1,1	0	0		0	0	0				0
FM	2,2	8,8	0		0	0	11,5				2,6
FMI	2,8	3,9	0		0	0	4,4				1,3
N	1042	104	4		6	17	45				81

Fonte: Recenseamento municipal de São Carlos realizado no ano de 1907; Fundação Pro-Memória de São Carlos.

Tabela 3. Percentual de cada ocupação em relação ao total de famílias de cada origem

OCUPAÇÕES	BRASILEIROS										IMIGRANTES				
	BRANCOS	PRETOS	MILITADOS	MI	ITALIANOS	PORTUQUESES	ESPAÑHOIS	ALEMÃES	DIVERSOS	FM	FMI				
COLÔNIO	50	40,5	25	50	91,8	85,7	87,1	80,9	100	59	80,6				
CAMARADA	13,7	26,7			3,5	1,4	6,4	0	0	23,1	11,1				
EMPREGATEIRO	1	1,7	0	0	0,1	0	0	0	0	0	0				
SUPERVISÃO DE TRABALHO	2	0,9	3,1	0	0,3	0	0	0	0	0	0				
ADMINISTRAÇÃO	8,8	0,9	3,1	0	0,6	1,4	0	0	0	0	0				
OCUPAÇÕES ESPECIALIZADAS	5,9	4,3	6,3	0	2,1	7,1	0	19	0	12,8	5,6				
OCUPAÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS	18,6	25	25	33,3	1,4	4,3	6,4	0	0	5,1	2,8				
N	102	116	32	6	773	70	93	21	11	39	36				

Fonte: Recenseamento municipal de São Carlos realizado no ano de 1907; Fundação Pro-Memória de São Carlos.

No que tange às famílias de brasileiros brancos, podemos afirmar que a maioria delas, do mesmo modo que as famílias estrangeiras, encarregavam-se da ocupação de colono. Por isso, apesar de não representarem percentagens expressivas quando se compara a sua proporção entre as famílias que se encontravam na mesma ocupação, a presença de brasileiros brancos nessa posição no mercado de trabalho merece ser destacado. Como foi citado em trechos anteriores, a literatura aponta constantemente para a questão da mão-de-obra nacional dedicar-se exclusivamente às atividades acessórias ao plantio propriamente dito. Quando se depara com os percentuais referentes aos brasileiros negros, também observamos a mesma situação: 40,5% das famílias de “pretos” e 25% das famílias de “mulatos” eram famílias de colonos. Essas famílias, é bom deixar claro mais uma vez, não representam grandes quantidades do total de famílias que exerciam essa ocupação. O interessante em ressaltar esses números é que eles lançam os olhos para algo não mencionado por autores que estudaram amplamente o contexto dos latifúndios cafeeiros do Oeste paulista: havia trabalhadores nacionais, inclusive negros, trabalhando como colonos. É verdade também que as famílias de negros possuem percentuais relevantes dentre aquelas que exerciam as ocupações não-especializadas e dentre as famílias de camaradas, algo muito ressaltado em diversas obras, mas que, de acordo com os dados expostos, não se caracteriza como a exclusividade muito relatada nas mesmas. Outra informação que merece destaque é a de que, mesmo em um número muito baixo, constata-se a existência de negros que eram administradores ou então que exerciam algum cargo de supervisão²¹. Todos estes apontamentos, embora pareçam não ser expressivos em relação ao total de trabalhadores dos respectivos postos de trabalho, poderiam trazer uma série de consequências para a sociabilidade dos trabalhadores instalados em alguns latifúndios.

Os dados agora apresentados sugerem, portanto, que não havia uma nítida segregação ocupacional no mercado de trabalho aqui abordado. A menção de que, embora em uma quantidade bem inferior a deles, negros exerciam as mesmas funções que imigrantes e, em alguns casos, executavam tarefas superiores - até mesmo atividades ligadas a questões de autoridade, como no caso de trabalhos administrativos e de supervisão - faz acreditar que os conflitos inter-raciais envolvendo esses dois grupos poderiam se acirrar ainda mais nessas situações. Os imigrantes, quando da sua chegada no Brasil, passaram por um momento em que o trabalho na lavoura ainda era muito associado ao trabalho escravo. Como vieram para realizar os mesmos trabalhos de que os antigos escravos antes se encarregavam, os trabalhadores estrangeiros muitas vezes eram comparados a escravos brancos

²¹ Dentre os trabalhadores solteiros, os quais eram em sua maioria camaradas, também havia tanto trabalhadores brasileiros como imigrantes, sem uma nítida segregação.

por setores da sociedade brasileira, o que lhes provocava um profundo desagrado²². Os imigrantes, entretanto, logo aprenderam a importância de se (re)produzir diferenças raciais dentro da conjuntura brasileira. Analisando inquéritos policiais produzidos na virada do século XIX para o século XX em São Carlos, Karl Monsma²³ percebeu que os imigrantes sempre faziam questão de ressaltar a sua superioridade frente aos afro-brasileiros, reagindo a qualquer ato destes últimos que visasse estabelecer um tratamento igual entre eles. Um dos mecanismos usados pelos imigrantes para manterem uma relação assimétrica com os brasileiros negros seria a sua sistemática busca por identificação com uma “branquitude” e aos estereótipos positivos a ela associados. Monsma escreve que, na falta de uma divisão nítida na estrutura ocupacional da lavoura cafeeira, os negros esperavam ser tratados com dignidade, em parte, porque cumpriam as mesmas funções que os brancos. Os estrangeiros, por sua vez, sentiam-se ameaçados de serem tratados como negros exatamente pelo fato de que, fora das elites, não havia segregação ocupacional. Como uma parcela das ocupações que exerciam estava a cargo de negros, e em alguns casos até ordens destes recebiam, a posição no mercado de trabalho não poderia ser usada pelos imigrantes como base da sua distinção com esse grupo.

De acordo com o estudo de Monsma, os negros negavam a significância da hierarquia da cor e insistiam em se classificar da mesma maneira que os europeus. Os imigrantes, por outro lado, tendiam a perceber a cor como um esquema de categorização que prevaleceria sobre todos os outros. A cor da pele era ligada a associações hierárquicas, sempre se relacionando a pele escura com características negativas como estupidez, paganismo, preguiça ou alcoolismo. Princípios alternativos de classificação social, tais como classe social, profissão, idade, gênero, escolarização ou cidadania, teriam colocado muitos europeus nas mesmas categorias dos negros com que eles se relacionavam na vida cotidiana. Os trabalhadores estrangeiros afirmavam constantemente, dessa maneira, a importância fundamental da cor²⁴.

Essa valorização discursiva das hierarquias raciais por parte dos imigrantes apresenta-se como algo vinculado à sua experiência migratória. Assim como muitos italianos vieram a perceber-se enquanto tal somente no Brasil, uma vez que as distinções regionais prevaleciam em um país que era então recentemente unificado, a maioria dos estrangeiros que vieram para São Paulo somente aqui passou a vivenciar a noção de “raça” como um recurso retórico

²² HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²³ MONSMA, Karl. Conflito simbólico e Violência: europeus e negros no Oeste paulista, 1888-1914. *História em Revista*, Pelotas, vol. 10, dez./2004, p. 95-115.

²⁴ *Ibidem*, p. 110-111.

de divisão social. Embora as ideologias raciais de fins do século XIX emanassem da própria Europa, eram poucos nesse continente que tinham a oportunidade de manter contatos com indivíduos que eram considerados negros e aplicá-las de fato como um marcador social. Essa oportunidade surgiu no contexto paulista. Como vimos, o racismo, agora transvestido sob o rótulo de ciência, era mesmo a base ideológica da política imigratória na visão de alguns autores. Como toda ideologia, no entanto, o racismo deve ser pensado sob a ótica da sua eficácia na orientação de determinadas práticas sociais, ou seja, através de sua operacionalização dentro de um contexto sócio-histórico concreto. Nas interações sociais com outros indivíduos, uma pessoa está recorrentemente transmitindo uma informação social sobre si mesma, isto é, está repassando uma representação social a partir da qual ela deseja que as outras a percebam²⁵. A atitude dos imigrantes em estereotipar os negros poderia, nesse sentido, ter como uma de suas dimensões o fato de ser uma forma dos primeiros constituírem suas identidades em uma conjuntura onde a posição no mercado de trabalho perderia parte da sua eficácia como um marcador nítido de distinção social. Totalmente ligadas ao racismo presente nesse contexto sócio-histórico, essas atitudes discriminatórias adquiriam um maior contorno na conjuntura do mercado de trabalho abordado. O universo social do trabalho, portanto, do mesmo modo que foi influenciado por questões étnico-raciais, como na caso das preferências de fazendeiros, também pode ter influenciado na (re)constituição de “identidades raciais” de uma maneira diferente da que foi pensada por alguns marcos historiográficos até agora.

Os dados apresentados relativizam, então, as afirmações que sugerem uma clara segregação étnico-ocupacional na economia cafeeira. Entretanto, não se pode discordar em parte das análises que apontam para uma marginalização dos brasileiros negros. Como vimos, há uma predominância numérica absoluta de trabalhadores imigrantes em espaços produtivos que antes eram ocupados majoritariamente por escravos. Um estudo que abordou tanto a parte urbana quanto rural do recenseamento aqui trabalhado observou uma maior concentração de negros nos limites urbanos do município, sobretudo nos bairros periféricos²⁶. Essas informações vão ao encontro dos trabalhos que indicam um determinado fluxo de ex-escravos para as cidades com o fim da escravidão, já que muitos deles não se encontravam em condições de competir com os imigrantes. Os negros presentes nos latifúndios aqui estudados podem fazer parte - ou ser descendentes - daqueles grupos de “escravos de confiança” dos proprietários. No Oeste paulista cafeeiro, mesmo as últimas décadas de escravidão sendo marcadas por revoltas e fugas de cati-

²⁵ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 53.

²⁶ TRUZZI, Oswaldo; BASSANEZI, Maria. *População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907*. No prelo.

vos, era comum aos fazendeiros manterem relações patriarcais, de compadrio e de favor, com alguns de seus escravos²⁷. Os escravos trabalhadores livres em que os fazendeiros depositavam maior confiança, geralmente aqueles que estavam há mais tempo com eles, ganhavam uma série de “privilégios” em troca da sua lealdade. Não é de se duvidar, assim, que vários desses cativos e homens livres permaneceram nas fazendas onde trabalhavam após a abolição, executando até mesmo alguma das tarefas principais. Esta pode ser uma das explicações para a presença de alguns brasileiros, e principalmente de negros, no colonato e em atividades superiores anos após a abolição do regime servil. Um outro aspecto que pode ter influenciado de maneira decisiva não só a contratação de negros para o colonato, mas a de brasileiros em geral para essa ocupação, é o de que, em 1907, vários imigrantes já teriam deixado as fazendas. Em fins da década de 1890, o preço mundial do café sofreu uma forte queda e, como seu reflexo, houve uma baixa nos salários das fazendas. Tal situação teria feito com que alguns imigrantes deixassem as lavouras em direção às cidades, à Argentina ou então voltado para a própria Itália. Com essa baixa na disponibilidade de trabalhadores estrangeiros, os fazendeiros viam-se obrigados a contratar trabalhadores nacionais para cumprir tarefas antes executadas por imigrantes. Diante disso, a segregação ocupacional seria uma realidade principalmente na primeira década após a abolição, sendo que, por circunstâncias ligadas à saída de imigrantes das fazendas, os latifundiários foram obrigados a se socorrer com mão-de-obra nacional a partir dos últimos anos do século XIX, exatamente quando os salários começaram a abaixar. Há motivos, no entanto, para lançar dúvidas sobre essa tese, uma vez que, mesmo em 1907, encontram-se vários italianos, e também outros imigrantes, exercendo atividades inferiores a de colono. Tratando-se simplesmente de uma falta de estrangeiros no mercado, estes últimos poderiam ter suprido a presença de brasileiros no colonato. Além do mais, a imigração subsidiada continuava durante esses primeiros anos do século XX. A chegada de portugueses e espanhóis era uma constante nas fazendas da região, ainda que em menor número que a vinda anterior de italianos. A falta de estrangeiros não parece, desse modo, ser uma das causas principais da presença de brasileiros no colonato.

Conclusões

A massiva presença de imigrantes apresentou-se como um fator que excluiu muitos brasileiros, e sobretudo os ex-escravos, seus antigos traba-

²⁷ SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste paulista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 233-290.

lhadores, do mercado de trabalho das lavouras de café. A grande presença de trabalhadores estrangeiros não conseguiu, contudo, abolir completamente a mão-de-obra nacional em todas as ocupações que compunham o quadro de tarefas das fazendas. A proporção de trabalhadores brasileiros, como se pode perceber, é baixa em relação aos números encontrados entre os imigrantes, mas estes dados não podem, entretanto, ser analisados simplesmente pelo seu lado quantitativo. Apesar de não dispormos de informações qualitativas sob as quais se possa inferir conclusões definitivas acerca da experiência pré e pós-abolição de negros e nacionais livres, sugeriu-se algumas possíveis causas e consequências da configuração étnico-racial do mercado de trabalho tratado. A preferência por trabalhadores imigrantes, junto da possibilidade de se atrair grandes levas destes via subsídio do Estado, realmente foi o pilar da exclusão de muitos ex-escravos, principalmente daqueles que haviam se envolvido em algum tipo de revolta nas décadas de 1870 e 1880 e, com isso, minaram a sua relação com os antigos patrões. Vários fazendeiros, todavia, ainda mantinham relações de confiança com antigos trabalhadores, sejam cativos libertos ou brancos livres, as quais podem ter funcionado como motivo da permanência de vários deles mesmo após a chegada de estrangeiros. A instalação de apenas alguns afro-brasileiros nas mesmas ocupações exercidas pelos estrangeiros, por sua vez, pode ter acirrado os conflitos cotidianos entre os trabalhadores de diferentes grupos. Muitos imigrantes tornaram-se sensíveis a qualquer tipo de comparação com os ex-escravos e, na falta de uma nítida diferenciação de ocupações dentro do mercado de trabalho, articulavam fortemente a distinção racial para se afastarem de certos estereótipos. Essas possibilidades demonstram que tanto as identidades quanto os mercados de trabalho não podem ser encarados como realidades que existem *a priori*, mas sim como construções sociais que recorrentemente são negociadas e ressignificadas no contexto de relações sociais concretas; realidades sociais que estão, portanto, em interação constante.